



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Paulo Bengtson)

Altera a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a remição de pena pela doação de medula óssea.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a remição de pena pela doação de medula óssea.

Art. 2º O art. 126 da Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, por estudo ou por doação de medula óssea, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º.....

.....

III – três dias de pena a cada doação de medula óssea.

.....

§ 9º As doações de medula óssea a que se refere o § 1º deste artigo serão precedidas de avaliação médica e deverão observar os requisitos exigidos para a doação, bem como os intervalos mínimos e o limite máximo de doações no período de um ano, estabelecidos em norma legal ou regulamentar”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa visa alterar a Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, prevendo a remição de pena pela doação de medula óssea. O objetivo central da mudança legal é incentivar a doação de medula óssea, por meio da criação de nova hipótese de remição da pena, ampliando o número de doadores, uma vez que o sistema penitenciário possui mais de 700 mil encarcerados.

Sabe-se que a doação de medula óssea, em muitos casos, representa a única chance de sobrevivência de pacientes diagnosticados com leucemia ou outras doenças relacionadas com a fabricação de células do sangue que necessitam de transplante. Dessa forma, a medida proposta reforça o processo de ressocialização do apenado, um dos objetivos a serem observados por ocasião do cumprimento da pena, uma vez que permitirá aos condenados praticarem ações que tenham repercussões diretas para a manutenção da vida de outrem. Outrossim, observados os requisitos exigidos para a doação, bem como os intervalos mínimos recomendados entre as doações para recomposição da medula óssea, não há riscos para o doador.

Amparado em tais argumentos, solicito o apoio de meus nobres pares para aprovação desta medida.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado PAULO BENGTON
PTB/PA